

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO O SETOR DE LICITAÇÕES
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE/SC**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0592024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0102/2024**

Objeto: "Manutenção Preventiva, Reparo e Revisão do Sistema Eletrônico, Refrigeração e Estrutural dos Equipamentos das Câmaras de Conservação de Vacinas", pertencentes a Secretaria de Saúde do Município de Herval D' Oeste,
Abertura da sessão: 04/09/2024 às 14:00

AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 43.426.197/0001-38**, com endereço sede na Praça Nereu Ramos, 90, Sala do Empreendedor, Centro Biguaçu, SC, CEP 88160116, por seu sócio administrador Luis Felipe Mabilde de Azevedo, nacionalidade brasileiro, nascido em 24/10/1978, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 946.433.420-72, C.I nº 8064926441 SSP/PC/ RS, residente e domiciliado no Rua Hermes Zapelini, nº 513, casa 3, Barreiros, São José/SC, CEP 88110-050, vem, com fulcro no do art. 164, da Lei 14.133/2021 e do item 11 e seguintes do edital e que poderão ser enviados na forma eletrônica, pelos seguintes meios Plataforma BLL em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, à presença de Vossa Senhoria a fim de

I M P U G N A R

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I - DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, importante ressaltar que, a Impugnação coerente permite que o ente público possa ter conhecimento de informações antes não

percebidas, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, que antes não participavam da licitação pela presença de uma cláusula restritiva.

É preciso valorizar aquelas impugnações oportunas e que são indispensáveis para a revisão do ato administrativo, trazendo consequências muito benéficas ao ente público, seja por ampliar a competitividade no certame, permitindo que mais empresas possam participar da licitação, seja em razão da obtenção de uma proposta mais vantajosa.

A Lei nº 14.133/21 em seu artigo 164 estabelece que:

Art.164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Destarte, nesse mesmo entendimento, diz Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

“Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que **o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento.** Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento.” (Grifo nosso)

Considerando que o pedido de "Impugnação ao Edital" é o ato de contestar as cláusulas editalícias que divergem dos princípios constitucionais e basilares contidos no ato convocatório, em tempo, considerando que a abertura da sessão pública está agendada para o dia 04 de setembro de 2024, apresentamos tempestivamente a presente impugnação.

II. DOS FATOS E DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A requerente é empresa especializada e atuante na área de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de câmaras de vacina e tendo o

interesse em participar da licitação em epígrafe, vem apresentar a presente impugnação.

Ocorre que, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com exigências que extrapolam a legislação e tais apontamentos devem ser revisados, urgindo sua imediata suspensão e respectiva correção em edital, cujos teores serão destacados ponto por ponto.

a) Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Pelo interesse da empresa impugnante em participar do edital, sendo cerceado este direito pelo fato irregular da solicitação obrigatória de apresentar “9.1.3.1.3. *Certificado de Registro da Licitante e do(s) responsável(is) Técnico(s) indicados, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro do seu prazo de validade*” e “9.1.3.1.4 *Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância*”.

A exigência do item acima, acaba por cercear o direito dos interessados, pelo fato irregular da solicitação da Anvisa das empresas que não necessitam de tal regulamentação, pois nesta formatação com documentação excessiva, resultará no cerceamento da disputa por meio de documentos desnecessários.

A não correção do item mencionados reduz o rol concorrentes capazes de atendê-lo, pois ainda que aptas a prestar o serviço demandado, resulta-se na limitação a participação.

Além do supracitado, o efeito restringe o caráter competitivo do processo negando vigência aos princípios da competitividade, vantajosidade, economicidade e finalidade da Administração em contratar.

Por isso, com o devido respeito, o item do Edital deverá ser retificado, em atenção ao direito e aos princípios norteadores do procedimento licitatório.

Observando o edital em comento, percebe-se que há uma exigência em relação ANVISA para empresas, sendo comprovada por meio da AFE conforme item 9.1.3.1.4 do edital.

Não é forçoso verificar que as descrições editalícias descumprem o determinado na RDC 16 de 1o de Abril/2014 e lei nº 9.782/99, cuja exposição aponta que TODA a empresa que comercializa, distribui ou fornece produtos

diversos são obrigadas a possuírem o certificado de AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa).

Acontece que esse pedido referente a Anvisa, tem de ser direcionados aos licitantes que concorrerão a produtos que tal registro seja obrigatório.

É cediço que a inclusão de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação é vedado. Assim, deve ser verificado se a exigência a ser colocada não restringe a competitividade do certame. De modo que, tendo em vista a discricionariedade da Administração Pública em fazer as exigências necessárias a melhor compra ou contratação, somos do entendimento que a Administração poderá exigir o que lhe convier desde que não haja direcionamento. O que o artigo 30 da Lei de Licitações e contratos veda as exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes ao objeto que se pretender contratar, de modo que a lei deixou a critério da entidade licitante estabelecer as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, exigências, essas, que devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

No entanto, na situação posta à nossa análise, entendemos que a exigência quanto a autorização de funcionamento emitido pela ANVISA, deverá ser acatada para valer às empresas atacadistas. Em pesquisa feita no site da ANVISA verificou-se quais tipos de empresas necessitam da autorização para funcionamento:

Quem precisa de Autorização de Funcionamento?

A Autorização de Funcionamento (AFE) é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. (...) (Grifo nosso)

Assim, a ANVISA determina que as empresas que atuam em todos os processos relativos aos produtos supracitados possuam autorização de funcionamento – AFE, conforme exigência da Lei nº 6.360/76.

Sinale-se que os requisitos exigidos pela ANVISA permitem à Administração garantir que os produtos sejam inspecionados periodicamente e assegurem a qualidade de seus produtos e atenda aos requisitos técnicos necessários, em conformidade com as determinações da lei 6.360/76.


Vejamos o que dispõe a Lei 8666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Destarte, as exigências da Autorização de Funcionamento restringem-se as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos de saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Observa-se que a Administração Pública pretende realizar o RP para eventuais aquisições, conforme demanda e necessidade do Município, com aquisições de forma fracionada, não se vinculando à determinada quantidade específica, de modo que não será necessário que o licitante armazene o produto a ser adquirido, valendo-se também ao que tange o comércio varejista e de acordo com o que expõe o site da ANVISA somente as redes atacadistas devem possuir a Autorização de Funcionamento - AFE da ANVISA, mas no caso de ser fornecedor varejista não é obrigatório o referido registro.

O Município, ainda que pessoa jurídica é consumidor final, razão pela qual não faz com que todas as suas compras sejam de atacadistas. Somente poderia se exigir caso o Município fosse revender os produtos. O que se exige é que os atacadistas possuam a AFE, no entanto a aquisição não é restrita aos comerciantes atacadistas.



DENUNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, E HIGIENIZAÇÃO, COPA, COZINHA E DESCARTAVEIS. ALEGAÇÃO DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDENCIA. AQUIVAMENTO. A exigência de autorização de funcionamento (AFE) concedida pela agência nacional de vigilância sanitária - ANVISA às empresas participantes do certame, na fase de habilitação, não restringe a competitividade, por quanto tem o objetivo de garantir que o produto a ser licitado atenda as exigências técnicas necessárias. Denúncia Nº 1007383. Relator Conselheiro Wanderlei Ávila TCE MG.

Portanto, entende-se que, a Autorização de Funcionamento (AFE) deve ser item obrigatório para habilitação jurídica das empresas atacadistas que interessarem no certame. Sendo os prestadores de serviços liberados dessa exigência.

Assim, fica claro e necessária a retirada da exigência de AFE em edital.

b) Certificado de Registro da Licitante e do(s) responsável(is) Técnico(s) indicados, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA

Conforme acima já destacado, consta do edital que só profissionais ligados ao CREA podem atuar como responsável técnico.

Todavia, os profissionais técnicos industriais, em suas diversas modalidades e observados a sua formação técnica e ainda conforme as orientações, o disciplinamento e a fiscalização do exercício profissional, cuja

competência legal é do CFT (conselho federal dos técnicos), também podem ser responsáveis técnicos pela execução, projeto e condução de serviços especializados de engenharia, nos moldes da Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GAB-CFT, de outubro/18, Decreto 90.922/1985. E resolução nº 068/ de 24 de maio de 2019.

Além disso, somente será possível a ampla competitividade no certame com a participação de todos os profissionais com capacitação e habilitação técnica para gerir o contrato, comprovado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) da qual conste Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) do referido profissional, no exercício da função de responsável técnico.

IV. DO DIREITO

As exigências editalícias devem estar alinhadas às práticas do mercado, atendendo tanto ao interesse público quanto aos princípios que regem o processo licitatório, cuja finalidade primordial é **ampliar a disputa, garantindo a participação da maior quantidade possível de interessados**, sem qualquer restrição.

É por isso que a Lei de Licitações veda taxativamente exigências que limitem a disputa:

“art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º - É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam,

restringam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato.” (g.n.)

A despeito desses princípios, a exigência contida na documentação exigida, alheia e difere de modelos de outros editais, limita a concorrência e reduz a disputa de preços, impondo prejuízo à Administração e aos interesses Públicos.

Daí porque, se não retificada a exigência, o certame sucumbirá à exclusão de licitantes.

Por isso, com o devido respeito, merece ser separada das exigências incabíveis e excessivas, tendo em vista a maior competitividade do edital.

O artigo 82 da Lei de Licitações, estabelece que o edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - (...)

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Ocorre que, com a utilização do critério de julgamento adotado em edital sendo em composição por lotes para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva juntamente com o fornecimento de peças inclusas, descumpri ao princípio da competitividade, isonomia e contém cláusulas que

comprometam a competitividade entre os participantes e ainda torna os preços totalmente inexequíveis do modo apresentado.

A súmula 247 do TCU, listada também assevera na mesma tônica, que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular, devendo a Administração, nesses casos, justificar de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção. (Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara 1 Relator: JOSÉ JORGE)

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto Federal nº 10.024/19:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento

Ainda, a permanência de itens autônomos em um único lote acaba por infringir a imposição do artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005, in verbis:

“Art. 5º[...]

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor **da ampliação da disputa entre os interessados**, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação”. (grifo e negrito nosso)

Neste caso em específico, tanto o órgão, quanto às empresas licitantes sairão prejudicadas. A empresa porque não participará da licitação em virtude do preço ser compatível apenas para a manutenção, sem haver a possibilidade da empresa arcar sozinha com o valor do fornecimento das peças e o órgão porque perderá a chance de adquirir serviços de manutenção corretiva e preventiva em conservadoras de vacina direto de uma assistência técnica qualificada por diversas prefeitura e fabricantes, que com toda a certeza com uma disputa e preço mais baixo e justo e o mesmo ocorre em relação ao fornecedor de peças.

Destarte, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido a restrição constante em edital, além de evitar o risco de adquirir serviços com custo mais alto ou restar o certame prejudicado.

Sendo assim, mais do que comprovada a imprescindibilidade do desmembramento do lote único, portanto, a retificação deste ato convocatório para que passe a dispor dos equipamentos de controle de acesso de forma separada dos demais itens que compõe referido lote, devido a impertinência entre eles, permitindo assim a ampla concorrência, sendo mais vantajoso inclusive para esta Administração

Por fim e última ressalva, nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra “Aspectos Jurídicos da Licitação” em relação aos editais:

“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar”.

Diante do exposto, o melhor cenário para o presente edital, seria a Administração o seguinte para ampliar a competitividade:

- a) Retirar a exigência de Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - item 9.1.3.1.4 do edital;
- b) Ampliar a exigência o Certificado de Registro da Licitante e do(s) responsável(is) Técnico(s) indicados, perante CFT (*Conselho Federal de Técnicos Industriais*) - item 9.1.3.1.2 do edital.

Assim, é importante que este Órgão proceda a correção dos itens mencionados acima. A alteração trará benefícios a esta administração, pois atrairá empresas especializadas em seus respectivos ramos de atividades, por conseguinte ampliando a competitividade e menor preço.

V. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, diante da demonstração de que os argumentos ofertados na presente impugnação e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado que as exigências contidas no edital contrariam o direito da Impugnante e também afrontam os princípios pelos quais a Administração Pública deve observar em se tratando de licitação pública, e, tempestiva a presente peça impugnatória, portanto, passível de análise pelo Sr. Pregoeiro, requer-se:

a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sendo julgada PROCEDENTE pelo Senhor Pregoeiro;

b) A retirada da exigência de Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tendo garantindo a competitividade e não existência de exigência desarrazoadas.

c) Sendo necessária a publicação de nova data para a realização do Pregão, ampliando a participação no certame licitatório;

d) Em caso de negativa, requer seu recebimento como IMPUGNAÇÃO, atribuindo-lhe efeito suspensivo, submetendo-a à douda Autoridade Superior para apreciação dos fatos e fundamentos aqui deduzidos.

São José/SC, 02 de setembro de 2024.

Lisiane Brock Echeverria
AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA
CNPJ nº 43.426.197/0001-38

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 12584868

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Lisiane Echeverria

 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA
IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO
42061

NOME
LISIANE BROCK ECHEVERRIA

FILIAÇÃO
**EIDER ACUNHA ECHEVERRIA
ROSÂNGELA FONSECA BROCK**

NATURALIDADE
PORTO ALEGRE - RS

RG
2092984471 - SSP/RS

DATA DE NASCIMENTO
09/08/1990

CPF
018.803.390-48

EXPEDIDO EM
21/09/2022


Claudia da Silva Prudencio
**CLAUDIA DA SILVA PRUDENCIO
PRESIDENTE**

Utilize o QRCode abaixo para validar
as informações do documento.



PROCURAÇÃO

OUTORGADOS: LISIANE BROCK ECHEVERRIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 018.803.390-48, advogada, registrada na OAB/SC nº 42.061 e **MARCOS ANTONIO DE SOUZA TORQUATO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 096.440.219-08, advogado, registrado na OAB/SC nº 65.301, ambos com endereço profissional à Rua Jacinto Machado, nº 490, Serraria, São José/SC, Cep 88.115-655.

Por este instrumento particular de procuração, a empresa, denominada **OUTORGANTE, AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 43.426.197/0001-38**, com endereço sede na Praça Nereu Ramos, 90, Sala do Empreendedor, Centro Biguaçu, SC, CEP 88160116, por intermédio de seu representante legal, Sócio Administrador **LUIS FELIPE MABILDE DE AZEVEDO**, nacionalidade brasileiro, nascido em 24/10/1978, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 946.433.420-72, C.I nº 8064926441 SSP/PC/ RS, residente e domiciliado no Rua Hermes Zapelini, nº 513, casa 3, Barreiros, São José/SC, CEP 88110-050, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, aqui denominados **OUTORGADOS, LISIANE BROCK ECHEVERRIA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 018.803.390-48, advogada, registrada na OAB/SC nº 42.061 e **MARCOS ANTONIO DE SOUZA TORQUATO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 096.440.219-08, advogado, registrado na OAB/SC nº 65.301, ambos com endereço profissional à Rua Jacinto Machado, nº 490, Serraria, São José/SC, Cep 88.115-655, a quem confere amplos poderes para representar a **OUTORGANTE** perante os ÓRGÃOS PÚBLICOS em qualquer esfera, no que se referir ao qualquer PROCESSO DE LICITAÇÃO, independente de modalidade, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do processo licitatório (presencial ou online), inclusive realizar cadastros, apresentar declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação em nome da OUTORGANTE, formular verbalmente lances e

ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar redução de preço, assinar propostas ou documentos, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

São José/SC, 29 de julho de 2024.



Documento assinado digitalmente
LUIS FELIPE MABILDE DE AZEVEDO
Data: 29/07/2024 23:28:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIS FELIPE MABILDE DE AZEVEDO
AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA
CNPJ nº 43.426.197/0001-38
(assinado digitalmente)